

# SUMÁRIO

---

Introdução – O que é “processo constitucional”

1. O conceito de “processo”. Uma abstração teórica de grande utilidade
    - 1.1 O processo como abstração de segunda ordem
    - 1.2 Estudo de comportamentos ou estudo de regras?
    - 1.3 O processo como sequência temporal
  2. Processo legal
  3. Processo judicial
  4. Processo constitucional (judicial e não judicial)
    - 4.1 Definição
    - 4.2 Histórico da consolidação do direito processual constitucional
  5. Leituras de aprofundamento
- 
1. Surgimento do controle judicial de constitucionalidade na história constitucional (1780-1920)
    1. A supremacia da Constituição
      - 1.1 Definição
      - 1.2 Quem deve garantir a supremacia constitucional?
        - 1.2.1 Resposta 1: o legislador
        - 1.2.2 Resposta 2: o Poder Executivo
        - 1.2.3 Resposta 3: o Poder Judiciário
        - 1.2.4 Resposta 4: a Corte Constitucional
        - 1.2.5 Resposta 5: “Todos”
      - 1.3 Leituras de aprofundamento
    2. O controle judicial de constitucionalidade segundo os *Federalist papers*
      - 2.1 Introdução
      - 2.2 *Federalist papers*, artigo nº 78 (Alexandre Hamilton, 1788)
    3. O controle de constitucionalidade pela Suprema Corte dos EUA
      - 3.1 Situação constitucional
      - 3.2 Histórico do caso *Marbury vs. Madison*
      - 3.3 Texto da decisão *Marbury vs. Madison*
      - 3.4 O cálculo político de Marshall
      - 3.5 Leituras de aprofundamento
    4. O controle de constitucionalidade na Áustria: Corte constitucional
      - 4.1 Situação constitucional
      - 4.2 Configuração do controle judicial concentrado

- 4.3 O artigo 140, 1-4 da Constituição austríaca na versão de 1929
  - 4.4 Comentários
  - 4.5 Leituras de aprofundamento
  - 5. O controle de constitucionalidade na Grécia do século XIX
    - 5.1 Situação constitucional
    - 5.2 Jurisprudência grega sobre o controle de constitucionalidade (final do século XIX)
      - 5.2.1 Decisão do Tribunal de Primeira Instância de Atenas nº 6.664, de 1892
      - 5.2.2 Decisão da Corte de Cassação do Reino da Grécia, Primeira Câmara, nº 23, de 1897
      - 5.2.3 Comentários
    - 5.3 Leituras de aprofundamento
  - 6. Normas e decisões históricas sobre o controle de constitucionalidade no Brasil
    - 6.1 Textos normativos
      - 6.1.1 Decreto do Governo Provisório 510, de 1890
      - 6.1.2 Decreto do Governo Provisório 848, de 1890
      - 6.1.3 Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891
      - 6.1.4 Lei 221, de 1894
      - 6.1.5 Constituição de 1891 após a reforma constitucional de 1926
    - 6.2 Decisão do Supremo Tribunal Federal, Apelação Cível nº 216, julgada em 20-1-1897
    - 6.3 Comentários
    - 6.4 Leituras de aprofundamento
  - 7. Exercícios práticos
    - 7.1 Argumentações sobre a necessidade e as formas do controle judicial de constitucionalidade
    - 7.2 Assessorando o Governador de Ohio
    - 7.3 Marshall no Brasil
2. Critérios de classificação e modelos de controle de constitucionalidade no direito comparado
- 1. Definição do controle de constitucionalidade
  - 2. Finalidades e formas de classificação do controle de constitucionalidade
  - 3. Critérios de classificação de aplicação geral
    - 3.1 Permissibilidade
      - 3.1.1 Sistema positivo
      - 3.1.2 Sistema negativo
    - 3.2 Origem-legitimação do órgão fiscalizador
      - 3.2.1 Órgãos judiciais
      - 3.2.2 Órgãos políticos (não judiciais)

- 3.2.3 Sistema combinado
  - 3.3 Objeto de controle (condutas controladas)
    - 3.3.1 Total-irrestrito
    - 3.3.2 Parcial-limitado
  - 3.4 Natureza da conduta controlada
    - 3.4.1 Inconstitucionalidade por ação
    - 3.4.2 Inconstitucionalidade por omissão
    - 3.4.3 Sistema combinado
- 4. Critérios de classificação do controle judicial de constitucionalidade
  - 4.1 Número de fiscais da constitucionalidade
    - 4.1.1 Sistema difuso (universal)
    - 4.1.2 Sistema concentrado
    - 4.1.3 Sistemas mistos?
  - 4.2 Qualificação dos fiscais (formação e experiência profissional)
    - 4.2.1 Juízes com formação-atuação jurídica
    - 4.2.2 Juízes leigos
    - 4.2.3 Sistema misto
  - 4.3 Momento da propositura
    - 4.3.1 Preventivo
    - 4.3.2 Repressivo
    - 4.3.3 Combinado
  - 4.4 Tipos de fiscalização
    - 4.4.1 Abstrato
    - 4.4.2 Concreto
    - 4.4.3 Combinado
  - 4.5 Posição na sequência processual
    - 4.5.1 Principal (via de ação)
    - 4.5.2 Incidental (via de exceção)
    - 4.5.3 Combinado
  - 4.6 Etapas de tramitação
    - 4.6.1 Bifásico
    - 4.6.2 Monofásico
  - 4.7 Legitimados para promover o controle
    - 4.7.1 Acesso restrito
    - 4.7.2 Acesso médio
    - 4.7.3 Acesso amplo
  - 4.8 Alcance pessoal dos efeitos da decisão

- 4.8.1 *Inter partes*
      - 4.8.2 *Erga omnes*
    - 4.9 Carga de eficácia preponderante e alcance temporal da decisão
      - 4.9.1 Decisão declaratória
      - 4.9.2 Decisão constitutiva
      - 4.9.3 Decisão de efeitos modulados
  - 5. Relações entre categorias classificatórias e modelos de controle judicial
  - 6. Exercícios práticos
  - 7. Leituras de aprofundamento
3. Ações de controle judicial abstrato no Brasil
- 1. Introdução
  - 2. Formas de inconstitucionalidade
    - 2.1 Natureza da norma violada
      - 2.1.1 Inconstitucionalidade formal
      - 2.1.2 Inconstitucionalidade material
    - 2.2 Momento de ocorrência da inconstitucionalidade
      - 2.2.1 Inconstitucionalidade originária
      - 2.2.2 Inconstitucionalidade superveniente
        - 2.2.2.1 Inconstitucionalidade superveniente (apenas) material em razão da mudança do parâmetro
        - 2.2.2.2 Inconstitucionalidade superveniente hermenêutica
        - 2.2.2.3 Há constitucionalidade superveniente?
    - 2.3 Leituras de aprofundamento
3. Finalidade e procedimento das ações de controle abstrato
- 3.1 Ação direta de inconstitucionalidade (ADI)
  - 3.1.1 Normas vigentes
    - 3.1.1.1 Constituição Federal
    - 3.1.1.2 Lei 9.868, de 10-11-1999
  - 3.1.2 Objetivos e características
  - 3.1.3 Legitimação
  - 3.1.4 Conteúdo da petição inicial
  - 3.1.5 *Causa petendi* aberta
  - 3.1.6 Procedimento
  - 3.1.7 Objeto de controle
    - 3.1.7.1 Direito constitucional secundário
    - 3.1.7.2 Leis e atos normativos federais
    - 3.1.7.3 Leis e atos normativos estaduais e distritais

- 3.1.7.4 Atos e omissões que não podem ser objeto da ADIn
- 3.1.8 Parâmetro de controle
- 3.1.9 Concessão de medidas cautelares
- 3.1.10 Decisão final
- 3.1.11 Recursos
- 3.1.12 Leituras de aprofundamento
- 3.1.13 Exercício prático
- 3.2 Ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO)
  - 3.2.1 Normas vigentes
    - 3.2.1.1 Constituição Federal de 1988
    - 3.2.1.2 Lei 9.868, de 10-11-1999, com os acréscimos da Lei 12.063, de 27-10-2009
  - 3.2.2 Objetivos e características
  - 3.2.3 Legitimação
  - 3.2.4 Conteúdo da petição inicial e *causa petendi* aberta
  - 3.2.5 Procedimento
  - 3.2.6 Objeto de controle
  - 3.2.7 Parâmetro de controle
  - 3.2.8 Concessão de Medidas Cautelares
  - 3.2.9 Decisão final
  - 3.2.10 Recursos
  - 3.2.11 Leituras de aprofundamento
  - 3.2.12 Exercício prático
- 3.3 Ação declaratória de constitucionalidade (ADC)
  - 3.3.1 Normas vigentes
    - 3.3.1.1 Constituição Federal de 1988
    - 3.3.1.2 Lei 9.868, de 10-11-1999
  - 3.3.2 Finalidades e características gerais
  - 3.3.3 Legitimação e participação no processo
  - 3.3.4 Requisitos processuais
    - 3.3.4.1 Controvérsia judicial relevante
    - 3.3.4.2 Conteúdo mínimo da petição inicial
    - 3.3.4.3 *Causa petendi* aberta
  - 3.3.5 Procedimento
  - 3.3.6 Objeto de controle
    - 3.3.6.1 Direito constitucional secundário
    - 3.3.6.2 Leis e atos normativos federais

- 3.3.7 Parâmetro de controle
- 3.3.8 Concessão de Medidas Cautelares
- 3.3.9 Decisão final
- 3.3.10 Recursos
- 3.3.11 Leituras de aprofundamento
- 3.4 Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF)
  - 3.4.1 Normas vigentes
    - 3.4.1.1 Constituição Federal de 1988
    - 3.4.1.2 Lei 9.882, de 3-12-1999
  - 3.4.2 Objetivos e características
  - 3.4.3 Legitimação
  - 3.4.4 Conteúdo da petição inicial e *causa petendi* aberta
  - 3.4.5 Procedimento
  - 3.4.6 Objeto do controle
    - 3.4.6.1 ADPF principal
    - 3.4.6.2 ADPF incidental
  - 3.4.7 Condições de admissibilidade
    - 3.4.7.1 “Descumprimento”
    - 3.4.7.2 Relevância da controvérsia constitucional
    - 3.4.7.3 Relação com os demais meios de controle judicial da constitucionalidade
  - 3.4.8 Parâmetro de controle
  - 3.4.9 Concessão de medidas cautelares
  - 3.4.10 Decisão final
  - 3.4.11 Recursos
  - 3.4.12 Leituras de aprofundamento
  - 3.4.13 Exercício prático
- 4. Efeitos das decisões do controle abstrato de constitucionalidade
  - 4.1 Dados normativos
    - 4.1.1 Constituição Federal de 1988
    - 4.1.2 Lei 9.868, de 10-11-1999
    - 4.1.3 Lei 9.882, de 3-12-1999
  - 4.2 Efeito vinculante
    - 4.2.1 Significado
    - 4.2.2 Previsão normativa
    - 4.2.3 Abrangência do efeito vinculante
      - 4.2.3.1 Abrangência objetiva transcendente

- 4.2.3.2 Abrangência subjetiva
        - 4.2.3.3 Consequências da inobservância do efeito vinculante
    - 4.3 Eficácia *erga omnes*
    - 4.4 Efeitos repristinatórios
    - 4.5 A coisa julgada no processo objetivo
      - 4.5.1 Definição
      - 4.5.2 Coisa julgada formal no processo objetivo
      - 4.5.3 Coisa julgada material no processo objetivo?
    - 4.6 Efeitos temporais da decisão de inconstitucionalidade no controle abstrato
      - 4.6.1 Definições e modelos
      - 4.6.2 A modulação de efeitos no direito brasileiro
      - 4.6.3 A modulação de efeitos temporais em ADIn. Estudo empírico
    - 4.7 Leituras de aprofundamento
    - 4.8 Exercício prático
  - 5. Estatísticas das ações de controle abstrato
    - 5.1 Volume e resultado das ações
      - 5.1.1 Dados
      - 5.1.2 Comentários
    - 5.2 Atores que utilizam a ADIn
      - 5.2.1 Dados estatísticos
      - 5.2.2 Comentários
    - 5.3 Duração das ações diretas
      - 5.3.1 Dados estatísticos
      - 5.3.2 Andamento processual de 100 ADIns protocoladas em 1999
        - 5.3.2.1 A influência processual da medida cautelar
        - 5.3.2.2 Pedido de vista. Uma prática em desuso
        - 5.3.2.3 Resultado da decisão final
4. Configuração do processo objetivo no Brasil
  - 1. Definição do processo objetivo
  - 2. Configuração histórica do processo objetivo
  - 3. Características do processo objetivo
    - 3.1 Ausência de partes
    - 3.2 Ausência de interesse pessoal e de direito subjetivo tutelado
      - 3.2.1 Generalidades
      - 3.2.2 O requisito da pertinência temática e a presença de interesses
      - 3.2.3 Ausência de interesses concretos e atuação do *amicus curiae*

- 3.3 Não se aplica o contraditório
  - 3.4 Não são verificados fatos nem se admitem provas
  - 3.5 Busca da verdade pelo juiz
  - 3.6 Natureza política do objeto do processo objetivo
  - 4. Processo objetivo e limites de acesso à justiça constitucional
    - 4.1 Filtro da legitimidade
    - 4.2 Filtro do duplo controle de admissibilidade
    - 4.3 Filtro da discricionariedade do julgador
    - 4.4 Filtro do objeto de controle
    - 4.5 Filtro temporal
    - 4.6 Filtro da definição da pauta de julgamento
  - 5. Autocriação e heterorreferência no processo constitucional
    - 5.1 Autocriação
    - 5.2 Heterorreferência típica
    - 5.3 Heterorreferência atípica
    - 5.4 Configuração do processo objetivo pelo STF
      - 5.4.1 Autocriação: o caso do Regimento Interno do STF
      - 5.4.2 Autocriação com elementos de heterorreferência atípica: as medidas cautelares nas ações diretas de (in)constitucionalidade
      - 5.4.3 Heterorreferência atípica: a pertinência temática
    - 5.5 Conclusões
  - 6. O processo objetivo na jurisprudência do STF
    - 6.1 Definições gerais, irrelevância de interesses concretos e falta de partes
    - 6.2 Aplicação de regras do processo civil (heterorreferência atípica)
    - 6.3 Impedimento
    - 6.4 Possibilidade de cumulação de pedidos de diferentes Ações Diretas
  - 7. Leituras de aprofundamento
  - 8. Exercícios práticos
5. Métodos de interpretação constitucional e técnicas de decisão no controle judicial de constitucionalidade
- 1. Métodos de interpretação constitucional
    - 1.1 Interpretação textual (“gramatical”)
    - 1.2 Interpretação sistemática
    - 1.3 Interpretação histórica (teleologia subjetiva)
    - 1.4 Interpretação teleológica objetiva
  - 2. Problemas dos métodos de interpretação
  - 3. Interpretação do texto normativo impugnado conforme a Constituição (“interpretação



conforme”)

- 3.1 Definição e hipóteses de aplicação
  - 3.2 Exemplos jurisprudenciais
  4. Declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto
    - 4.1 Definição e exemplos
    - 4.2 Distinção entre interpretação conforme a Constituição e inconstitucionalidade parcial sem redução de texto
  5. Decisões manipulativas
    - 5.1 Decisões aditivas
      - 5.1.1 Definições
      - 5.1.2 Espécies
    - 5.2 Decisões substitutivas
  6. Apelo ao legislador
    - 6.1 Definição
    - 6.2 Espécies
    - 6.3 Efeitos do apelo ao legislador
  7. Análise de um caso de interpretação constitucional. A mutação constitucional como método interpretativo na Reclamação 4.335
    - 7.1 Reclamação 4.335. Voto do Relator Min. Gilmar Mendes
    - 7.2 Perspectivas críticas
      - 7.2.1 Problemas da combinação do controle concreto e abstrato
      - 7.2.2 Interpretações autocríativas do STF
      - 7.2.3 A mutação constitucional como método de interpretação
  8. Leituras de aprofundamento
  9. Exercícios práticos
    - 9.1 Interpretar é criar?
    - 9.2 Analisando argumentações judiciais
- 
6. Controle de constitucionalidade judicial incidental-concreto no Brasil
    1. Quem pode alegar a inconstitucionalidade?
      - 1.1 O autor da ação
      - 1.2 O réu
      - 1.3 O Ministério Público e terceiros
      - 1.4 O julgador
    2. Em que tipo de processo pode ser arguida a inconstitucionalidade?
    3. Que juiz pode decidir sobre a inconstitucionalidade?
      - 3.1 A reserva do Plenário
      - 3.2 Limites do exame de questões de constitucionalidade pelo STJ

4. Procedimento
5. Efeitos da decisão
6. Recursos
7. O Recurso Extraordinário no âmbito do controle concreto
  - 7.1 Hipóteses de cabimento
  - 7.2 Juízo de admissibilidade
  - 7.3 Processamento
  - 7.4 Decisão
8. Reclamação constitucional
  - 8.1 Normas vigentes
    - 8.1.1 Constituição Federal
    - 8.1.2 Lei 8.038, de 1990
    - 8.1.3 Regimento Interno do STF
  - 8.2 Delimitação do tema
  - 8.3 Objetivos e características
  - 8.4 Natureza jurídica da reclamação constitucional
  - 8.5 Legitimação
  - 8.6 Conteúdo da petição inicial
  - 8.7 Objeto
  - 8.8 Parâmetro
  - 8.9 Procedimento
  - 8.10 Medidas liminares
  - 8.11 Decisão e efeitos
  - 8.12 Recursos
9. Súmula vinculante
  - 9.1 Normas vigentes
    - 9.1.1 Constituição Federal
    - 9.1.2 Lei 11.417, de 2006
  - 9.2 Objetivos e características da súmula vinculante em comparação com a súmula de jurisprudência
  - 9.3 Legitimação
  - 9.4 Requisitos e objeto
  - 9.5 Parâmetro
  - 9.6 Procedimento
  - 9.7 Decisão e efeitos
  - 9.8 Coisa julgada?
  - 9.9 Recursos

- 9.10 Natureza jurídica
  - 10. Leituras de aprofundamento
  - 11. Exercícios práticos
7. Problemas de legitimidade da justiça constitucional
- 1. Introdução: politicidade e legitimidade
  - 2. A crítica de Thayer
  - 3. Argumentos contra o controle judicial de constitucionalidade
    - 3.1 Falta de competência
    - 3.2 Falta de necessidade lógica
    - 3.3 Subjetivação-moralização
    - 3.4 Usurpação do poder constituinte reformador
  - 4. Argumentos a favor do controle judicial de constitucionalidade
    - 4.1 O controle de constitucionalidade como dever de ofício
    - 4.2 Argumento dos direitos fundamentais (tutela das minorias)
    - 4.3 Argumento dos freios e contrapesos
    - 4.4 Argumento da consolidação
    - 4.5 Argumento da neutralidade e da especialização
  - 5. Argumentos conciliadores
    - 5.1 Controle de constitucionalidade sem supremacia judicial (equivalência institucional dos fiscais da Constituição)
    - 5.2 Autolimitação do Judiciário
      - 5.2.1 Conteúdo e manifestações da autolimitação
      - 5.2.2 O problema do “legislador negativo”
    - 5.3 Avaliação performática do controle judicial
      - 5.3.1 Avaliação do impacto social
      - 5.3.2 Avaliação da organização judicial
      - 5.3.3 Avaliação da qualidade argumentativa
  - 6. O futuro do controle judicial e as possíveis reformas do STF
  - 7. Exercícios práticos
  - 8. Leituras de aprofundamento
8. Controle de constitucionalidade não judicial
- 1. Fiscalização da constitucionalidade pelo Poder Legislativo
    - 1.1 Controle preventivo no processo legislativo
    - 1.2 Controle repressivo pelo Senado Federal
      - 1.2.1 A previsão constitucional e suas “mutações”
      - 1.2.2 Conteúdo da decisão do Senado

- 1.2.3 Efeitos da decisão do Senado
    - 1.3 Leituras de aprofundamento
  - 2. Controle de constitucionalidade pelo Poder Executivo
    - 2.1 Controle preventivo pelo Presidente da República
    - 2.2 Controle repressivo (não aplicação de norma inconstitucional)
    - 2.3 Leituras de aprofundamento
9. Remédios constitucionais
- 1. *Habeas corpus*
    - 1.1 Normas vigentes
    - 1.2 Objetivos e características
    - 1.3 Legitimação
      - 1.3.1 Legitimação ativa
      - 1.3.2 Legitimação passiva
    - 1.4 Competência
    - 1.5 Objeto
    - 1.6 Parâmetro
    - 1.7 Procedimento
    - 1.8 Sentença e efeitos
    - 1.9 Recursos
    - 1.10 Leituras de aprofundamento
  - 2. Mandado de segurança
    - 2.1 Normas vigentes
    - 2.2 Objetivos e características
    - 2.3 Legitimação
      - 2.3.1 Legitimidade ativa
      - 2.3.2 Legitimidade passiva
      - 2.3.3 Litisconsórcio ativo e passivo
    - 2.4 Competência
    - 2.5 Objeto
    - 2.6 Parâmetro
    - 2.7 Procedimento
      - 2.7.1 Petição inicial
      - 2.7.2 Prazo
      - 2.7.3 Medidas liminares
      - 2.7.4 Trâmite
    - 2.8 Sentença e efeitos

- 2.9 Recursos
- 2.10 Peculiaridades do Mandado de Segurança coletivo
  - 2.10.1 Objeto
  - 2.10.2 Legitimados
  - 2.10.3 Litispendência
  - 2.10.4 Coisa julgada no mandado de segurança coletivo
- 2.11 Leituras de aprofundamento
- 3. Mandado de injunção
  - 3.1 Normas vigentes
  - 3.2 Objetivos e características
  - 3.3 Legitimação
  - 3.4 Competência
  - 3.5 Objeto
  - 3.6 Parâmetro
  - 3.7 Procedimento
  - 3.8 Sentença e efeitos
  - 3.9 Recursos
  - 3.10 Leituras de aprofundamento
- 4. *Habeas data*
  - 4.1 Normas vigentes
  - 4.2 Objetivos e características
  - 4.3 Legitimação
  - 4.4 Competência
  - 4.5 Objeto
  - 4.6 Parâmetro
  - 4.7 Procedimento
  - 4.8 Sentença e efeitos
  - 4.9 Recursos
  - 4.10 Leituras de aprofundamento
- 5. Ação popular
  - 5.1 Normas vigentes
  - 5.2 Objetivos e características
  - 5.3 Legitimação
    - 5.3.1 Legitimado ativo
    - 5.3.2 Legitimado passivo
  - 5.4 Competência
  - 5.5 Objeto

- 5.6 Parâmetro
- 5.7 Procedimento
- 5.8 Sentença e seus efeitos
- 5.9 Recursos
- 5.10 Leituras de aprofundamento

10. O controle de constitucionalidade na Internet

- 1. Pesquisa geral
- 2. Textos constitucionais
- 3. Cortes constitucionais
- 4. Institutos de pesquisa
- 5. Revistas especializadas

Bibliografia